

# A PLATAFORMIZAÇÃO DA REDE PAULISTA COMO PROJETO PRIVATISTA

THE PLATFORMIZATION OF SÃO PAULO'S SCHOOL SYSTEM AS A PRIVATIZATION PROJECT

Catharine Shon Pereira

Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, Brasil  
catharineshon@gmail.com | orcid.org/0009-0004-0586-7567

Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias

Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, Brasil  
carlos.dias@unifesp.br | orcid.org/0000-0001-8156-4278

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar se há relação entre a plataformação educacional determinada pela rede paulista e um projeto em desenvolvimento de privatização da educação pública. Para tal, realizamos uma análise documental de abordagem qualitativa descritiva, onde foram analisados documentos oficiais do projeto de Parceria Público Privada (PPP) “Novas Escolas”. Os resultados indicam que não há correlação direta entre a implementação das plataformas digitais e a PPP Novas Escolas, porém, ambas iniciativas parecem fazer parte de um projeto privatista de maior alcance. Conclui-se que as plataformas digitais são ferramentas de disseminação e consolidação da lógica empresarial na escola, e tomam como objetivo mecanizar as relações de ensino-aprendizagem e desvincular a intencionalidade do trabalho pedagógico.

**Palavras-chave:** Plataformação educacional; Privatização; Plataformas Digitais; Educação Pública; Educação Neoliberal.

THE PLATFORMIZATION OF SÃO PAULO'S SCHOOL SYSTEM AS A PRIVATIZATION PROJECT

## Abstract

This study aims to examine whether there is a connection between the educational platformization experienced by São Paulo's public school system and an emerging project to privatize public education. To this end, the research relies on a qualitative descriptive document analysis, examining official documentation from the Public-Private Partnership (PPP) Novas Escolas, project. The findings indicate no direct correlation between the digital platforms and the Novas Escolas PPP. However, both initiatives are part of a larger privatization agenda. It is concluded that digital platforms serve as tools for disseminating and consolidating corporate logic within schools, aiming to mechanize teaching-learning relations and detach pedagogical labor from its intentionality.

**Keywords:** Educational platformization; Privatization; Digital Platforms; Public Education; Neoliberal Education.

## A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



## LA PLATAFORMIZACIÓN DE LA RED ESCOLAR PAULISTA COMO PROYECTO PRIVATIZADOR

### Resumen

Este estudio tiene como objetivo determinar si existe una relación/vinculación entre la plataformización educativa que enfrenta la red escolar paulista y un proyecto en desarrollo de privatización de la educación pública. Para ello, la investigación se basa en un análisis documental de enfoque cualitativo descriptivo, en el que se examinaron documentos oficiales del proyecto de Asociación Público-Privada (APP) Novas Escolas. Los resultados indican que no existe una correlación/conexión directa entre las plataformas digitales y la APP Novas Escolas; sin embargo, ambas iniciativas forman parte de un proyecto privatizador de mayor alcance. Se concluye que las plataformas digitales son herramientas de difusión y consolidación de la lógica empresarial en la escuela, y tienen como objetivo mecanizar las relaciones de enseñanza-aprendizaje y desvincular la intencionalidad del trabajo pedagógico.

**Palabras clave:** Plataformización educativa; Privatización; Plataformas digitales; Educación pública; Educación neoliberal.

### Introdução

O fenômeno da plataformização de processos toma cada vez mais espaço nas novas relações de produção e trabalho decorrentes da 4ª revolução industrial, se consolidando em diferentes setores sociais, inclusive na educação (Lima, 2021). Neste contexto, a rede pública de São Paulo vem implementando um conjunto de plataformas digitais (CMSP) como parte indissociável da reforma educacional do Novo Ensino Médio (Dias *et al*, 2024). As plataformas podem ser ferramentas pedagógicas, das quais os alunos não apenas acessam o conteúdo das aulas, como também realizam atividades, avaliações, simulados e materiais extras, dentro das diferentes áreas de conhecimento, mas também podem se destinar ao controle de frequência dos alunos e ao controle do trabalho dos professores e das rotinas administrativas das escolas (Silva, Barbosa e Körbes, 2022; Dias *et al*, 2024; Maldonado e Jacomini, 2025). Em paralelo, o Estado de São Paulo e a Secretária de Educação desenvolvem um projeto de Parceria Público Privada (PPP), denominado Novas Escolas, do qual a reforma e construção de um conjunto de escolas em zonas específicas de São Paulo, serão entregues à iniciativa privada por meio de um contrato único de

terceirização. O contrato inclui a responsabilização por parte das concessionárias pela área administrativa das escolas, incluindo a limpeza, alimentação, material escolar e toda a parte de tecnologia da informação.

Apoiando-se nas ideias de Christian Laval (2019) e Luiz Carlos de Freitas (2018) sobre a mercantilização da educação, este trabalho questiona o forte teor neoliberal em ambas as iniciativas, tendo como objetivo analisar se há relação ou ligação entre a plataformização da rede paulista e um projeto de privatização da educação pública. A análise, de carácter documental e abordagem qualitativa descritiva (Gil, 2002), se debruça sobre documentos publicados pela Secretaria de Educação de São Paulo (SEDUC-SP) relacionados ao projeto de privatização parcial, a PPP Novas Escolas, em busca de possível relação direta ou indireta com as plataformas digitais.

Nesse sentido, a primeira seção deste artigo discorre sobre a relação entre o plataformismo educacional e o modelo de educação neoliberal, seguindo para as implicações na rede paulista, ao analisar os efeitos das plataformas na rede paranaense de educação. Por fim, a pesquisa apresenta os documentos selecionados e destrincha os paralelos encontrados a fim de solucionar a questão aqui levantada.

### **Plataformas Digitais e a Educação Neoliberal**

Para abordar a problemática da plataformização educacional da rede paulista, é necessário, em primeiro lugar, definir o termo “plataformização”. O que seria plataformizar? Olhando para o campo semântico, o termo “plataforma” ganha um novo sentido, ou seja, passa por um neologismo (Norma Culta, [s.d.]), e seu resultado “plataformização” significa, em poucas palavras, “transformar em plataforma” ou “incorporar em uma plataforma”. Esse neologismo se faz presente no vocabulário social contemporâneo devido à crescente das plataformas digitais nos meios de produção capitalista e governamentais. As plataformas nesse contexto são, segundo Pessanha (2023).

‘infraestruturas de intermediação’ que surgiram com a finalidade de atender a diferentes setores da sociedade e/ou grupos econômicos no mundo contemporâneo que na gênese tinham/usavam o discurso do compartilhamento (caronas, etc.) e foram se transformando em potentes ferramentas de exploração. (Pessanha, 2023, p.1)

A popularização das plataformas digitais se inicia por meio do comércio de produtos e serviços on-line, mas toma corpo para além de um meio de oferta. Através do discurso da praticidade e automação de processos, a plataformização passa a se embrenhar em diferentes áreas sociais, tanto na esfera privada quanto pública: transporte, saúde, trabalho, e mais objetivamente, educação.

Portanto, entendo que não se deve olhar para o processo de Plataformização da Educação, sem deixar de observar todo esse contexto em que estamos vivendo no mundo contemporâneo. O fenômeno mais geral da plataformização deve ser visto como um fenômeno que se desenvolve e deve ser observado de forma multidimensional e transescalar nas dimensões: econômica, inovação tecnológica (C&T); trabalho; espacial (geoeconômica e geopolítica); política, cultural, das redes social-comunitárias onde se inclui o setor da educação, etc. (Pessanha, 2023, p.2)

O que podemos chamar de “plataformismo educacional” é fruto deste fenômeno que se expande; e justamente por se iniciar em um contexto mercadológico, as plataformas mantêm sua característica fundamental quando adentram o âmbito da educação: o viés neoliberal. Em um contexto educacional, atuam como ferramentas de manutenção de uma educação mercantilizada.

Os usos da Inteligência Artificial e da robótica, do 5G, da computação em nuvem, da Internet das coisas, entre outras maravilhas tecnológicas, mudarão, e já estão a mudar, as instituições e as relações sociais, as organizações e os modos de governança, o exercício do poder e, certamente, também as organizações educativas. Manuais escolares; cadernetas dos alunos; relatórios dos professores; provas e processos de avaliação; materiais didáticos individualizados; comunicação com as famílias dos estudantes; cursos e disciplinas tecnologicamente mediados; gestão financeira e de pessoas; carreiras e promoções; formação contínua são alguns dos mais visíveis exemplos do presente, que, no futuro, serão generalizados a todas as áreas – em muitos casos, para além da nossa imaginação. (Lima, 2022, p.1-2)

Esta educação neoliberal ganha força no contexto sociopolítico em que vivemos, onde a economia capitalista gere os demais processos sociais, e o

acúmulo de capital passa a ser a razão primária que move os indivíduos em suas esferas, ciclos e contexto geral (Freitas, 2018). A escola, como instituição responsável pela formação do sujeito, passa a ser responsável pela formação desta geração que necessita se adaptar às novas formas de organização social e às novas exigências do mercado de trabalho. Essa escola, por sua vez, passa por transformações (ou melhor, reformas) que permitam o sucesso nesse empreendimento do sujeito neoliberal.

Este é, por fim, o ponto onde a crise do capital e a crise na educação se encontram na atualidade: vimos que desde os tempos mais remotos a educação formal é destinada às classes dominantes. [...] Entretanto, é com o capitalismo em sua forma neoliberal como resposta à crise do capital, que a educação formal passa pela reestruturação para reprodução da sociabilidade capitalista (Libâneo, 2012). (Fernandes, 2024)

Laval (2019) ao escrever sobre o tema, denomina tal conceito como “visão utilitarista da educação”, colocando primeiramente, que o saber e o conhecimento sempre tiveram papel essencial na dinâmica de classes: se antes o “saber” era elitizado e destinado apenas a aristocracia, como ferramenta de perpetuação da classe dominante, agora há um saber específico que deve ser absorvido pela massa, para que a mesma possa operar e contribuir para dinâmica capitalista burguesa. Laval (2019) pontua que esses saberes são, claramente, distintos um do outro: o acesso ao conhecimento científico e filosófico pela classe operária não é útil aos interesses capitalistas, pelo contrário, há uma necessidade vital em manter esses saberes afastados da massa; a necessidade agora é difundir o saber tecnicista/tecnocrático, e é este que escola perpetuadora do sistema tem como função transmitir. Contudo, esse saber já não se restringe aos conhecimentos necessários para o exercício de uma função/cargo/trabalho. No atual cenário econômico, há uma série de “habilidades e capacidades” necessárias para que este sujeito seja, de fato, útil.

As reformas impostas à educação serão cada vez mais guiadas pela preocupação com a competição econômica entre os sistemas sociais e educativos e pela adequação às condições sociais e subjetivas da mobilização econômica geral. O

objetivo das ‘reformas orientadas para a competitividade’ (competitiveness-driven reforms) é, portanto, melhorar a produtividade econômica ao melhorar a ‘qualidade do trabalho’. [...] Mais que nunca a economia ocupa o centro da vida individual e coletiva, os únicos valores sociais legítimos são a eficiência produtiva, a mobilidade intelectual, mental e afetiva, e o sucesso pessoal. Isso não pode deixar incólume o sistema normativo da sociedade e seu sistema de educação. (Laval, 2019, p.37 - 39)

Nesse sentido, Laval (2019) pontua que muitos autores da reforma defendem essa concepção utilitarista da educação apoiados em um discurso perigoso de que é preciso “priorizar” o aprendizado daquilo que será utilizado no campo de trabalho. Na ordem da educação utilitarista, o papel das plataformas está justamente ligado ao manuseamento do conteúdo escolhido: a forma como estes conteúdos chegam às crianças e jovens, também diz respeito ao sujeito que espera-se formar. Pode-se afirmar que, em seu funcionamento e aplicação, as plataformas seguem e contribuem para a lógica empresarial na educação. Laval (2019) denomina a “lógica empresarial na educação” ou “gerenciamento empresarial da escola”, como, em breve resumo, o adentramento das visões, métodos e perspectivas do mundo privado e corporativo na escola, tanto no que diz respeito a sua gerência quanto na concepção de educação em sua raiz. A escola, quando entendida e enxergada como uma empresa, necessita gerar resultados tal qual uma empresa.

A imitação do mundo da empresa privada é justificada pela busca da eficiência. O tema da ‘escola eficiente’ remete à redução ou, no mínimo, ao controle dos gastos com educação, que se tornou prioritário depois que a intervenção do Estado foi questionada: a ordem é ‘fazer mais com menos’. A massificação escolar, segundo essa abordagem, exige técnicas de gestão que já tenham sido postas à prova no setor privado. (Laval, 2019, p.193-194)

Nesse sentido, as plataformas digitais implementadas pela rede paulista (geridas através de uma meta plataforma de acesso denominada Centro de Mídias SP - CMSP) são construídas e organizadas em prol do discurso da eficiência, o que resulta em plataformas esquematizadas com base em ideais meritocráticos e individualistas (Maldonado e Jacomini, 2025). Há em torno das plataformas digitais em forma geral, certa expectativa relacionada a

modernização dos métodos pedagógicos, o que nos leva a uma discussão mais aprofundada da própria visão sobre “modernidade” atrelada à educação que nós, como sociedade, carregamos. O processo de “modernização” é entendido majoritariamente como um “avanço de qualidade e/ou eficiência”, contudo, é um julgamento muitas vezes errôneo.

Sejam quais forem a natureza e o teor da ‘reforma’ ou da ‘inovação’, basta dizer que haverá ‘modernização’ da escola para que, na cabeça de muitos, ela seja sinônimo de progresso, democracia, adaptação à vida contemporânea etc. Desse modo, aqueles que se opõem a ela por alguma razão são violentamente estigmatizados pelos modernizadores. (Laval, 2019, p.195)

Os processos de modernização e inovação dentro deste contexto educacional seguem, como já visto, as tendências neoliberais e a lógica empresarial, dessa forma, o CMSP passa a ser uma ferramenta de burocratização das dinâmicas pedagógicas dentro da sala de aula e do cotidiano escolar, sob o pretexto de melhorar a qualidade da educação e obter resultados mensuráveis (Israel, 2024). Ao se olhar para o exemplo de reforma nos Estados Unidos, Laval (2019) pontua o mesmo acompanhamento de meios de mensuração e padronização.

A concepção de eficiência que se impôs progressivamente na educação, como vimos no caso dos Estados Unidos, considera que a eficiência é sempre mensurável e pode ser atribuída a dispositivos, métodos e técnicas totalmente definidos, padronizados e replicáveis em grande escala, desde que haja ‘formação’, ‘profissionalização’, ‘avaliação’ e controle dos agentes de execução, ou seja, os professores. Essa concepção também pressupõe a construção de instrumentos de mensuração, teste e comparação dos resultados da atividade pedagógica. Em outras palavras, a concepção de eficiência é indissociável da burocratização da pedagogia. (Laval, 2019, p.210)

Contudo, podemos questionar se os dados obtidos através dessas ferramentas são plenamente verossímeis, levando em consideração que a própria lógica de funcionamento da ferramenta pode induzir resultados, e que pode haver múltiplas formas de interpretação desses dados. Importante pontuar que este movimento pela busca de resultados mensuráveis é decorrente de um processo de comercialização de informações. (Israel, 2024).

O que acompanhamos é um crescente de políticas de responsabilização forte, que impactam em diferentes graus o trabalho do corpo docente e administrativo da escola; essas medidas são acompanhadas pela fortificação do mercado de empresas do ramo testing.

Os resultados, apresentados em forma de dados, são fetichizados, aparecem como critério de qualidade das escolas e como medida do nível cultural da população. O testing se tornou uma prática comercial lucrativa, graças a um vasto mercado no qual atuam grandes empresas especializadas. Mais globalmente, houve uma ampla atividade de institucionalização e padronização da avaliação, e as empresas de benchmarking, isto é, de calibragem, proliferaram em todo o mundo. (Laval, 2019, p.210)

É importante ter em mente que os próprios meios de obtenção dos dados deixam um espaço em aberto para a interpretações tendenciosas, que podem vir a satisfazer interesses privados, e dessa forma, podem ser convertidos a meios de manipulação coercitiva.

Para Madaus et al. (2009), apesar de prevalecer na sociedade a compreensão de que a tecnologia é fundamentalmente neutra, a tecnologia dos testes, como toda tecnologia, cria novas possibilidades, mas os usos que são feitos com os testes produzem não planejadas que tornam os testes associados à responsabilização verticalizada usados nestas políticas um “paradoxo de boas e más notícias” (p. 104). (Freitas, 2018, p.86)

Nesse sentido, cabe o questionamento: seria o funcionamento das plataformas e os resultados obtidos através desse funcionamento, um meio de forjar justificativas “plausíveis” para a privatização de setores dentro da escola pública?

É importante esclarecer que toda e qualquer reforma educacional de teor neoliberal, tem em seu cerne a ideia de concretização da privatização da educação pública (Freitas, 2018). A privatização por setores, ou seja, parcial, é apenas uma das formas de alcançar a privatização total da escola pública, que deixa de ser pública, para se tornar “terceirizada”. Segundo Freitas (2018) há diferentes maneiras de se propor a privatização, entre elas maneiras maquiadas, que em sua forma inicial, suavizam o discurso privatista e não

causam alardes na população. O autor acusa o discurso da “meia-privatização” como falso, e pontua:

A modalidade de privatização por terceirização de escolas tem sido diferenciada indevidamente dos processos de privatização e acabou sendo incorporada por sociais-democratas (de direita e de esquerda), por exemplo, assumindo a concepção de que ‘publicizar’ a educação estatal, à moda ‘não estatal’, não seria privatizar. [...] Como na ‘publicização’ a escola é ‘concedida à gestão privada’ (usualmente a organizações sociais sem fins lucrativos) mas continua sendo do Estado, não ocorrendo sua alienação física a terceiros, ou seja, sem que haja venda do patrimônio, então não haveria, também, segundo eles, privatização. (Freitas, 2018, p.50)

Nessa perspectiva, a privatização parcial coloca em xeque não apenas a parte administrativa e gerencial da escola, mas também põe em zona de interesse toda a área pedagógica e, em uma escala maior, a própria educação pública, que, nessa medida, deixa de ser pública. Ao privatizar “setores” da escola, toda a escola é submetida a terceirização, o último estágio desse processo é, segundo Freitas (2018), a adoção da modalidade de educação através de *vouchers* ou repasse de verba, que exime o estado de suas responsabilidades maiores para com a educação, e o mesmo passa a cumprir a função mínima: garantir a possibilidade da população acessar educação.

A questão é que não existe ‘meia privatização’. Não existe ‘quase’ mercado. Uma vez iniciado o processo, coloca-se a escola a caminho da privatização plena da educação, ou seja, sua inserção no livre mercado, como uma organização empresarial, sem contar que a transferência para as organizações sociais (ONGs) insere de imediato as escolas em formas de controle político e ideológico ditadas pelas mantenedoras privadas (ou confessionais) dessas cadeias, retirando as escolas do âmbito do controle público. (Freitas, 2018, p.50-51)

Nessa modalidade, o estado disponibiliza um valor, através de *vouchers*, para que as famílias paguem escolas privadas aos filhos, ou ele mesmo se encarrega da transferência da verba para as escolas, o que não só mercantiliza toda a educação, mas a precariza e a desqualifica, além de ser um processo social segregacionista, que ressalta ainda mais as desigualdades de classe já acentuadas na dinâmica social.

O papel que o governo passa a ter é o de administrar o repasse de recursos públicos aos pais e não a gestão em si das escolas – ainda que se admita que ele até pode ter ‘algumas unidades’. No melhor dos casos, o governo é mais um ‘concorrente’ no mercado educacional. (Freitas, 2018, p.51-52)

Fazendo um paralelo entre a modalidade vouchers e modelo de rede conveniada, muito comum na educação infantil, vemos que um dos resultados da educação terceirizada é a precarização do trabalho docente. Um estudo acerca das políticas públicas na educação infantil, do distrito de Uberlândia (Pereira; Valente, 2025) retrata a baixa remuneração dos educadores em relação a carga horária de trabalho.

Em síntese, os dados apresentados apontam que o financiamento público das instituições privadas, que se materializam por meio das relações/convenimento, leva a uma precarização do trabalho dos profissionais que atuam na educação. Esses profissionais têm uma carga horária de dedicação exclusiva, sem que os salários sejam proporcionais a essa jornada diária de trabalho. (Pereira; Valente, 2025, p.8)

Quando nos voltamos para o caso específico de São Paulo, considerando tanto as plataformas digitais quanto a PPP Novas Escolas, é preciso ter em mente que um possível resultado da privatização parcial é a privatização total da rede pública.

### **Plataformização educacional da rede paulista e o efeito da reforma em outras redes.**

A plataformização é fruto de uma reforma educacional que se iniciou em 2016, em um contexto de embate político que, em seu resultado, favoreceu os interesses da classe empresarial, sobretudo interesses voltados às leis trabalhistas e à educação (Quadros; Krawczyk, 2024). A inserção da nova política educacional gerou comoção popular, devido não só a precarização da educação que esta significaria, mas também a maneira com que se aplicou a reforma, já que a mesma foi aderida através de uma Medida Provisória (MP),

aprovada tanto no poder legislativo quanto executivo, em cenário de urgência. Em 2017, a MP nº 746/2016 foi sancionada como Lei nº 13.415/17.

A reforma do Ensino Médio veio a público em 22 de setembro de 2016 e ganhou força de lei com sua publicação no diário oficial da união no dia 23 de setembro, como Medida Provisória nº 746/2016. Após a divulgação, a medida seguiu para o rito processual no Congresso Nacional em regime de urgência. Em rara demonstração de coesão entre os poderes Legislativo e Executivo, a MP foi aprovada em todos os seus eixos centrais e sancionada em 16 de fevereiro de 2017, pelo presidente Michel Temer, como Lei nº 13.415/17. (Ortega; Hollerbach, 2022. p. 3)

O movimento de reforma evolui então para o Novo Ensino Médio (NEM), em meio a uma crise pública e sanitária, período pandêmico vivenciado entre 2020 e 2022, que nos leva a vivência do isolamento social e, consequentemente, do ensino remoto. Nesse período o Programa Inova Educação (PIE) é ampliado, implementando os itinerários formativos, e em meio a adoção dos itinerários, as plataformas são adotadas como meio de sistematização e facilitação de processos pedagógicos no ensino remoto. O que se inicia como uma ferramenta para os professores serem capazes de ministrar as aulas através do ensino remoto, com o tempo passa a ser incorporada no cotidiano da escola mesmo após o retorno completo ao presencial. (Jacomini et al, 2024)

O CMSP neste começo possibilitou as aulas online, e também era um meio de acesso à conteúdos gravados para os alunos assistirem posteriormente e postarem as tarefas solicitadas ao término das aulas. Em 2023, já de volta ao presencial, incorpora-se então uma série de sub plataformas dentro desse centro de mídias, que auxiliam processos básicos dentro e fora da sala de aula, principalmente nos quesitos avaliativos (como as avaliações de rede) e nas aulas dos novos itinerários, até então recentes dentro da rede. Dias *et al*, 2024, p.12). Dentre as propostas do CMSP, há plataformas específicas de acesso aos estudantes para, além do conteúdo de aulas e envio de tarefas, realização de provas, elaboração de redações, simulados de vestibular, atividades de gamificação, acervo de livros digitais, entre outras funções similares. Há

também plataformas de acesso da gestão, referentes à frequência dos alunos e acompanhamento do desempenho das unidades escolares.

Para entender os efeitos da adesão da reforma e das plataformas, podemos nos direcionar ao caso da rede paranaense, que passou/ passa por processo muito similar a rede paulista, em estágio mais avançado. É fundamental pontuar que os realizadores da reforma paranaense são os mesmos da rede paulista: o secretário da educação no Paraná entre 2019 e 2022, assume a secretaria da educação de São Paulo em 2023, quando o atual governador de São Paulo assume o cargo. Nesta passagem, muitos integrantes da equipe responsável pela implementação no Paraná, passam a integrar a SEDUC-SP. Olhar para o exemplo da rede paranaense nos ajuda a avaliar a dimensão da reforma e nos dá indícios do que pode se tornar a plataformização em São Paulo. Não é necessário abordar a reforma da rede paranaense profundamente, já que o intuito é apenas evidenciar as consequências que a reforma empresarial, de mesma proporção e organização vista em São Paulo, trazem para a rede. Nesse sentido, o estudo de Silva, Barbosa e Köbers (2022) nos ilumina quanto aos efeitos para o trabalho docente.

O estudo demonstra que após a reforma houve um aumento do indicador “Esforço Docente” constituído pelo INEP. Esse indicador diz respeito ao esforço empreendido pelos docentes durante o exercício da profissão, e é mensurado “a partir de variáveis como o número de turnos de trabalho, escolas, etapas de atuação, número de estudantes atendidos e jornada de trabalho (COSTA, 2018).” (Silva; Barbosa; Köbers, p.406). Segundo as autoras (2022) “O aumento desse esforço se corporifica pelas vias da desqualificação, da precarização das relações de trabalho, da intensificação e do controle do trabalho docente.” (Silva; Barbosa; Köbers, p.406). As autoras abordam como a política de responsabilização verticalizada que é adotada através das plataformas impactam negativamente na autonomia docente e como a participação dos professores na construção e análise dos dados é praticamente inexistente.

Para além das escassas e precárias condições de trabalho, outra marca perversa da reforma do ensino médio é a implantação, sob a aparente flexibilização, de um sistema que submete as escolas ‘ao rígido controle e responsabilização através das avaliações nacionais’ (KRAWCZYK & FERRETTI, 2021, p. 42-43). A implementação do Novo Ensino Médio no Paraná não escapa a esses controles. O pesquisador Almerindo Janela Afonso (2021) denomina de dataficação da educação o recolhimento de dados sobre o ensino, a aprendizagem e a gestão das escolas por meio de plataformas informatizadas, que frequentemente favorecem a hiperburocratização; o autor indica que esses processos têm como uma das implicações a accountability baseada no desempenho. Tal instrumento de política tem impactos nas práticas docentes, afetando especialmente a autonomia profissional, pois quem fornece os dados não costuma ter a possibilidade de participar da construção das plataformas digitais nem de problematizar ou justificar os registros. Além disso, os dados são coletados, tratados e utilizados de forma centralizada, pouco transparente e raramente disponibilizados para a análise pública. (Silva; Barbosa; Köbers, p.409)

Tal estudo nos oferece um vislumbre dos efeitos da plataformização educacional no trabalho docente, mas também indica o uso das plataformas digitais como ferramentas coercitivas, utilizadas para gerar resultados numéricos que em geral, não são compartilhados com a comunidade escolar. Os resultados paranaenses podem refletir o futuro da rede paulista, e, portanto, uma preocupação para os educadores e pesquisadores da área, já que a mercantilização da educação segue uma onda universal e a privatização da rede dá indícios de sua eminência através da PPP Novas Escolas.

### **Percurso metodológico**

Este artigo adota a metodologia de pesquisa documental, de abordagem qualitativa descritiva (Gil, 2002), pois levanta indícios documentais e se propõe a analisá-los a fim de entender se há uma relação entre as plataformas digitais adotadas a partir da reforma pela rede educacional paulista, e o projeto de Parceria Público Privado (PPP) Novas Escolas. Segundo Gil (2002) a pesquisa documental se debruça sobre diversas fontes e materiais “que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” (Gil, 2002, p.45)

Nesse sentido, os documentos aqui destinados a análise se enquadram como publicações oficiais da Secretaria de Educação de São Paulo, disponíveis on-line no site do Estado de São Paulo. O levantamento das documentações foi realizado entre o período de janeiro de 2025 a maio de 2025, através de uma pesquisa virtual em sites e portais diretamente vinculados à PPP Novas Escolas, tendo como foco os portais oficiais da SEDUC-SP. Como critério de seleção, adotou-se a concentração em conteúdos informativos ao público geral, o que resultou na escolha de 2 publicações: a primeira (01) é o resumo do projeto, e está presente até o momento de redação deste trabalho, na aba da Secretaria de Parcerias em Investimentos, em projetos qualificados do setor social, denominado como “Novas Escolas”, onde há as informações gerais sobre a PPP; a segunda publicação (02) é uma notícia, publicada na aba da própria SEDUC. Os documentos são apresentados de forma transcrita, já que a relevância está presente no conteúdo textual, e para verificação da hipótese, foram destrinchados pontos que se assemelham ou convergem em ambos, tendo em vista que enfoque da pesquisa é verificar a existência de menção (ou a não menção) às plataformas do CMSP e à plataformização educacional na documentação referente à PPP, entendendo qual o grau de proximidade e relação entre a PPP e as plataformas, assim como verificar quais outros componentes presentes na documentação possam indicar uma relação paralela entre ambos.

Para assegurar a qualidade da análise, houve a preocupação de esclarecer aquilo que se apresenta relevante na documentação levantada, e aquilo que não se faz relevante para responder à pergunta central, explicitando os porquês.

Segue-se com a apresentação dos documentos citados.

### 3.1 Informações Gerais PPP Novas Escolas<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/ppp-educacao-novas-escolas/>.

Na aba de informações sobre o projeto, o resumo apresentado sobre ao que se destina a parceria, é o seguinte:

Na área da Educação, o Governo de São Paulo trabalha com projeto de parceria público-privada (PPP) para construção de unidades escolares para atender 35 mil estudantes nos ensinos fundamental e médio. O projeto Novas Escolas, qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado (PPI-SP), tem como objetivo de melhorar e modernizar a infraestrutura das escolas da rede estadual. O escopo inclui a construção, adequação e manutenção predial dessas novas unidades educacionais (apenas serviços não-pedagógicos). O projeto prevê 33 escolas, divididas em dois lotes. O parceiro privado ficará encarregado de criar centros educativos com ambientes integrados, tecnologia, espaços de inovação e de estudo individual, por exemplo. Outro ganho é na centralização da contratação que vai otimizar e melhorar a gestão – ganhos de eficiência, redução de custos, com melhor na qualidade nos gastos. Isso significa mais tempo e recursos para gestores e professores se dedicarem às atividades pedagógicas, reduzindo o tempo gasto por falhas na infraestrutura escolar. (São Paulo, 2024)

Informações relacionadas ao contrato, como localidade das escolas, número de vagas ofertadas, e o nome das concessionárias que ganharam o leilão, estão disponíveis nesta mesma página, entretanto não serão abordados aqui, pois não são relevantes ou pertinentes à análise.

### 3.2 Entenda seis pontos da PPP das Novas Escolas em SP<sup>2</sup>

Nesta publicação de junho de 2024, a SEDUC se destina a esclarecer algumas dúvidas e questões importantes sobre o projeto, separando em seis pontos diferentes. Não abordarei os seis pontos levantados em integralidade, pois apenas um dos pontos é essencial para esta análise, sendo este “As escolas não serão privatizadas” pois aborda o status público das escolas e a função dos gestores escolares. Importante pontuar que a redação do texto traz declarações de Vinicius Neiva, secretário-executivo da Secretaria de Educação. A redação do texto traz o seguinte:

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/entenda-seis-pontos-da-ppp-das-novas-escolas-em-sp/>.

Toda a parte pedagógica e de ensino das escolas da PPP continuará sob responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, assim como a contratação de professores. O ensino, portanto, seguirá público e gratuito. A iniciativa busca liberar professores e diretores de tarefas burocráticas, permitindo maior dedicação às questões pedagógicas. 'O diretor vai virar uma espécie de cliente. Ele vai avisar, por exemplo, que quebrou uma telha e o ente privado tem que substituir. Tem no contrato o tempo que isso precisa ser feito. Então, o diretor não vai precisar sair da escola, vai poder ficar ali conversando com os alunos, pais e a comunidade', afirma Neiva. Caberá aos futuros concessionários a construção das escolas e a gestão, operação e administração dos serviços não-pedagógicos, como alimentação, vigilância e portaria, limpeza e jardinagem e tecnologia de informação, além dos serviços administrativos. A Seduc continuará sendo a responsável pelo cardápio, porções, compra e distribuição dos alimentos da merenda escolar, cabendo às concessionárias a preparação da comida e a disponibilização de utensílios. (São Paulo, 2024)

Os demais pontos são relacionados ao número de vagas, escola integral, fiscalização, ambientação das escolas, e ao contrato unificado, que podem ser considerados dados voltados à organização operacional e jurídica da PPP. Foi escolhido a não abordagem dos pontos citados devido a priorização do que tange a parte pedagógica e administrativa das escolas escolhidas, direcionado à centralidade da pesquisa: a relação entre plataformização e privatização.

## Resultados

Quando nos atentamos aos documentos citados, somos capazes de encontrar similaridades que demonstram a forma encontrada pela SEDUC-SP e pelo Estado de São Paulo de propagar a ideia da parceria Novas Escolas e disseminá-la positivamente. Há 2 pontos principais:

- o primeiro, é que não há menção direta às plataforma digitais, porém, há constantemente a afirmação do suposto caráter não pedagógico da PPP Novas Escolas;
- o segundo ponto, é a existência de uma segmentação entre a área pedagógica e a área administrativa da escola, presente no discurso de ambos os textos.

Fica claro no texto a preocupação em desvincular completamente a ideia de que esta privatização já em andamento do setor operacional e administrativo da escola, possa resultar em privatização do pedagógico, ou seja, uma privatização total ou quase total da escola pública. As afirmativas “Toda a parte pedagógica e de ensino das escolas da PPP continuará sob responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo” (São Paulo, 2024) e “O ensino, portanto, seguirá público e gratuito” (São Paulo, 2024) são constantes e demonstram como a própria Secretaria está ciente do teor privatista e neoliberal desta proposta, o que os leva a afirmações e reafirmações que mascarem a privatização como uma ameaça a rede pública de educação. Como visto anteriormente, sob a perspectiva de Freitas (2018) a privatização parcial é uma falácia, e o perigo reside justamente no discurso de suavização da privatização, como dizer que a mesma estaria apenas em função de questões técnicas e seria na realidade um ganho para o setor pedagógico, quando sabemos que vez iniciada, a privatização tende a se alastrar por todos os setores da escola, até chegar ao último estágio de terceirização total.

A reforma empresarial da educação tem uma agenda oculta no seu discurso da “qualidade da educação para todos” que está além das formas que vai assumindo: trata-se da destruição do sistema público de educação, por meio de sua conversão em uma organização empresarial inserida no livre mercado. (Freitas, 2018, p.56)

Nesse sentido, é plausível supor que a intenção do Estado de São Paulo e da SEDUC-SP seria, na realidade, desassociar o máximo possível as plataformas digitais CMSP da PPP Novas Escolas, já que (embora também gestadas por empresa terceira) as plataformas são ferramentas pedagógicas e estão indubitavelmente associadas ao currículo pedagógico.

Os textos também demonstram, intencionalmente ou não, a concepção de gestão escolar pretendida pela SEDUC-SP, que utiliza constantemente argumentos como “A iniciativa busca liberar professores e diretores de tarefas burocráticas, permitindo maior dedicação às questões pedagógicas”. (São Paulo, 2024). Através de afirmações como essa, entendemos que a visão

empregada é que o pedagógico e o administrativo (as supostas funções burocráticas) são setores separados dentro da escola: educar e gerir são atos diferentes, e embora necessários para funcionalidade das escolas, estão segmentados. Acontece que esta visão de gestão escolar está muito voltada a gestão empresarial e a lógica empresarial de educação: dizer que o corpo gestor não deve se preocupar com “questões burocráticas” da administração e focar seu tempo nas funções pedagógicas (embora o texto não cita exatamente quais são essas funções) é negar que o setor administrativo está voltado ao pedagógico e afirmar que administrativo e operacional tem uma finalidade em si mesmos.

‘No fundo, no fundo, o administrativo está a serviço do pedagógico.’ Portanto, o administrativo sozinho não tem sentido. Em última análise, o que Lourdes procura explicar, com suas palavras, é aquilo que defendo como a razão de ser do administrativo: sua articulação com fins. No caso da escola, a articulação com o pedagógico. (Paro, 2015, p.25)

A escola, quando gerida tal qual uma empresa, necessita gerar resultados tal qual uma empresa, como já visto através das ideias de Laval (2019) sobre a lógica empresarial. Nesse entendimento, buscar através da privatização uma alternativa que otimize a área operacional e administrativa, já é um indício de quais são os resultados que se espera alcançar no que diz respeito ao pedagógico. A partir da “desatribuição” de tarefas do corpo gestor da escola, e o “tempo para focar no pedagógico” abre-se espaço para uso/controle mais rigoroso das plataformas e seus resultados por partes dos diretores e professores, tendo em vista que os resultados das plataformas se tornam forçadamente prioritários para o corpo gestor e docente. (Maldonado; Jacomini, 2025). Atentando-se ao “foco no pedagógico”, podemos inferir que a Secretaria busca alavancar os resultados numéricos dessas escolas, através do trabalho focado e incisivo sobre as plataformas digitais.

### **Considerações finais**

No intuito de responder a pergunta aqui levantada, contextualizamos uma série de conceitos voltados a educação neoliberal e a lógica empresarial nas escolas, passando por especificidades do processo de plataformação na rede pública de São Paulo, e levantamos a discussão sobre os possíveis resultados da reforma, através de estudos sobre o caso específico da rede paranaense. Para averiguação, analisamos duas publicações das quais pudemos entender a intencionalidade por trás do projeto de Parceria Público Privada para as escolas públicas, tendo em vista as relações com as plataformas digitais. Entendemos, sobretudo, através dos resultados da análise, que a ênfase do discurso SEDUC no caráter não pedagógico da PPP, demonstra que a mesma está ciente de que a privatização total da educação pública começa através de movimentos privatista menores, e busca manter esta agenda neoliberal maquiada, evitando manifestações sociais e populares que possam atrasar e/ou dificultar seus interesses, hoje, muito ligados ao empresariado nacional (até mesmo global). O intuito de separar a área administrativa do seu cerne educacional, também demonstra que a intenção é embrenhar a lógica empresarial na base da escola, espalhando-se por outros processos que revertem seu papel de escola democrática e libertadora, para a escola que perpetua o sistema opressor de classe e conforma a massa.

Portanto, através da argumentação e dos resultados levantados pela análise, podemos concluir que a plataformação da educação paulista não tem relação direta com a privatização da rede, ou mais especificamente, com a Parceria Público Privada Novas Escolas, já que, supostamente, não faz parte da parceira a atuação ou interferência das empresas contratadas na área/setor pedagógico, e as plataformas são, sobretudo, ferramentas pedagógicas. Porém, os argumentos demonstram que as plataformas (assim como a própria PPP) estão sim intrincadas numa intencionalidade maior, parte de uma agenda política neoliberal de privatização da rede pública de educação.

Tal movimento privatista não está só presente na rede paulista, é sobretudo, um reflexo do período histórico em que vivemos, onde surge uma necessidade urgente de reestruturação das formas de trabalho e do capital

humano, decorrente da revolução tecnológica impulsionada pelo próprio neoliberalismo. Nesse meio, as plataformas operam não só como veículo de integração da lógica empresarial, instalando a concepção de educação neoliberal pelo cerne (o próprio pedagógico), mas também abrem caminho para a fixação de empresas de tecnologia nos interesses da educação pública.

Nesse sentido, concluímos que há indissociáveis pontos em comum entre as plataformas adotadas pela rede paulista e a PPP Novas Escolas, indicando que, embora não sejam correlatas, ambas fazem parte desta agenda que busca reverter o caráter do público da educação aos interesses dessa nova fase do capitalismo. Se não é possível terceirizar a área pedagógica de forma direta e drástica, as plataformas digitais, dentro do contexto educacional público, fazem o trabalho de mecanizar os processos educativos, operando um modelo educacional tecnicista e desvinculado do trabalho do próprio professor em sala de aula, trazendo a lógica empresarial para dentro da sala de aula, e criando uma forte dependência do setor de tecnologia e dados.

### Referências:

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; SILVA, Elem Rose Vasconcelos da; JACOMINI, Márcia Aparecida; ROCHA, Antonio de Jesus. Pesquisa-ação e gerencialismo de plataforma da rede estadual paulista de educação. **SciELO Preprints**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8882>. Acesso em: 21 out. 2024.

FERNANDES, Eliane Pinheiro. Coordenação pedagógica em tempos de crise na educação escolar. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, [S.l.], v.5, n.2, p. 40-52, 2024. ISSN: 2675-7508. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/85370>. Acesso em: 20 jun 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ISRAEL, Carolina Batista. Do trabalho digital ao ensino plataformizado: reflexões sobre os impactos do neoliberalismo digital. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 63, p. 184-220, jul.-dez. 2024.

JACOMINI, Márcia Aparecida et al. O avesso da Reforma do Ensino Médio na Rede Estadual Paulista. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 32, n. 22, p. 1-44, 16 abr. 2024. Disponível em: <http://epaa.asu.edu/ojs/>. Acesso em: 10 dez 2024.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA, Licínio C. Máquinas de Administrar a Educação: Dominação Digital e Burocracia Aumentada. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 42, e249276, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PyfCP4xcqHvTKm6M3TPsB4h/>. Acesso em: 23 set. 2024.

MALDONADO, Luís Renato Silva; JACOMINI, Márcia Aparecida. Do secretaria escolar digital ao business intelligence total: plataformização na rede estadual paulista. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 41, e140507, 2025. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/140507>. Acesso em: 12 jun. 2025.

NORMACULTA. **Neologismo**. Disponível em: <https://www.normaculta.com.br/neologismo/>. Acesso em: 03 fev 2025.

ORTEGA, André Randazzo; HOLLERBACH, Joana D’Arc Germano. Propaganda, mídia e educação: o discurso oficial e publicitário sobre a reforma do ensino médio de 2017. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, e37849, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469837849>. Acesso em: 18 dez 2024.

QUADROS, Sérgio Feldemann de; KRAWCZYK, Nora Rut. Educando a juventude trabalhadora pelas métricas do mercado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, e34470, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2239>. Acesso em: 18 dez 2024.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar**: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, M. A. L.; VALENTE, L. F. As relações público-privadas e o direito à educação infantil no município de Uberlândia - MG. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 20, e19579, 2025. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10150380>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PESSANHA, Roberto Moraes. Plataformização da Educação: um debate necessário. **APP Sindicato-PR**, Curitiba, 1 jul. 2023. Acesso em: 21 out 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Entenda seis pontos da PPP das Novas Escolas em SP** [online]. São Paulo: Educação SP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/entenda-seis-pontos-da-ppp-das-novas-escolas-em-sp/>. Acesso em: 12 dez. 2024

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Governo. **PPP Educação – Novas Escolas** [online]. São Paulo: Parcerias e Investimentos SP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/ppp-educacao-novas-escolas/>. Acesso em: 12 de dez. de 2024.

SILVA, Monica Ribeiro da; BARBOSA, Renata Peres; KÖRBES, Cleci. A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. **Revista Devir Educação**, v. 6, n. 1, p. 1-19, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22420/rdev.t1635.1473>. Acesso em: 23 nov 2024.